

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE202212/0177  
**Tipo Oferta:** Concurso Externo  
**Estado:** Ativa  
**Nível Orgânico:** Câmaras Municipais  
**Orgão / Serviço:** Câmara Municipal de Vila Verde  
**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado  
**Regime:** Carreiras Não Revistas  
**Carreira:** Especialista de Informática  
**Categoria:** Estagiário com Licenciatura  
**Remuneração:** 1.389,64€  
**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

### Caracterização do Posto de Trabalho:

desempenho de funções inerentes à carreira de Especialista de Informática, no âmbito das competências e atribuições da Unidade de Sistema de Informação, nomeadamente: gerir plataformas de portais corporativos e serviços online; prestar suporte a utilizadores; manter o bom funcionamento dos serviços por via da atualização, manutenção, configuração e implementação de pacotes de segurança; gerir ferramentas de deteção e mitigação para software malicioso e acessos indevidos; criar especificações para serviços a implementar internamente ou a adquirir; criar protótipos e desenvolver soluções de software quanto tal for adequado; criar os mecanismos de integração entre todos os recursos para consolidar um sistema de informação coerente, coeso e completo; dinamizar todos os processos com vista a segurança da informação; implementar soluções de base para sistemas de informação geográfica; instalar equipamentos, sejam computadores, periféricos e software; detetar anomalias e recolher pedidos de intervenção colaborando para o seu fecho com resoluções adequadas; gerir contratos de prestação de serviços informáticos ou de comunicações.

### Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva  
Nomeação transitória, por tempo determinável  
**Relação Jurídica:** Nomeação transitória, por tempo determinado  
CTFP por tempo indeterminado  
Sem Relação Jurídica de Emprego Público

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:** a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;  
b) 18 anos de idade completos;  
c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;  
d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;  
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:** n.º 21251/2022, datada de 08.07.2022, aprovada em reunião de Câmara Municipal, de 18.07.2022.

**Requisitos de Nacionalidade:** Sim

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Licenciatura na área de Informática ou Engenharias e técnicas afins; nas áreas 481 e 523 – CNAEF

**Grupo Área Temática**

Tecnologias

Ciências

Tecnologias

**Sub-área Temática**

Electrotecnia / Informática / Automação / Controlo

Ciências de Computadores e Informática

Sistemas e Informática / Multimédia / Telecomunicações

**Área Temática**

Engenharia Informática

Informática

Engenharia de Sistemas e Informática

**Locais de Trabalho**

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Vila Verde	1	Praça do Município	Vila Verde	4730733 VILA VERDE	Braga	Vila Verde

**Total Postos de Trabalho: 1****Nº de Vagas/ Alterações****Formação Profissional****Outros Requisitos:****Formalização das Candidaturas****Envio de Candidaturas para:** <https://mynet-sol.cm-vilaverde.pt/>**Contacto:** 253310500**Data Publicitação:** 2022-12-07**Data Limite:** 2022-12-22**Texto Publicado****Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:** Diário da República

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** MUNICÍPIO DE VILA VERDE AVISO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM/A ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA, GRAU 1, NÍVEL 2 (ESTAGIÁRIO) 1. Nos termos do disposto no artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 11.º da Portaria e no uso da competência que me foi subdelegada em matéria de gestão de recursos humanos, por despacho da Presidente da Câmara Municipal, de 22.10.2021, torna-se público que na sequência da proposta n.º 21251/2022, datada de 08.07.2022, aprovada em reunião de Câmara Municipal, de 18.07.2022, encontra-se aberto, pelo período de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, concurso externo de ingresso para ocupação de 1 posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal do Município de Vila Verde, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria de Especialista de Informática, Grau 1, Nível 2, da carreira não revista de informática. 2. Âmbito do recrutamento: o recrutamento a promover é efetuado entre trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal aberto ao abrigo e nos limites constantes do Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados. 3. Entidade que realiza o procedimento: Município de Vila Verde. 4. Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no artigo 27.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (doravante designada de Portaria). 5. Caracterização do posto de trabalho: um posto de trabalho na

modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, integrado na categoria de Especialista de Informática, Grau 1, Nível 2, da carreira não revista de informática.. 6. Local de trabalho: Unidade de Sistemas de Informação do Município de Vila Verde. 7. Descrição sumária das funções: desempenho de funções inerentes à carreira de Especialista de Informática, no âmbito das competências e atribuições da Unidade de Sistema de Informação, nomeadamente: gerir plataformas de portais corporativos e serviços online; prestar suporte a utilizadores; manter o bom funcionamento dos serviços por via da atualização, manutenção, configuração e implementação de pacotes de segurança; gerir ferramentas de deteção e mitigação para software malicioso e acessos indevidos; criar especificações para serviços a implementar internamente ou a adquirir; criar protótipos e desenvolver soluções de software quanto tal for adequado; criar os mecanismos de integração entre todos os recursos para consolidar um sistema de informação coerente, coeso e completo; dinamizar todos os processos com vista a segurança da informação; implementar soluções de base para sistemas de informação geográfica; instalar equipamentos, sejam computadores, periféricos e software; detetar anomalias e recolher pedidos de intervenção colaborando para o seu fecho com resoluções adequadas; gerir contratos de prestação de serviços informáticos ou de comunicações. 8. Posicionamento remuneratório: o posicionamento remuneratório base de referência, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 março. O/A trabalhador/a será colocado/a na primeira posição remuneratória (estagiário/a) da referida categoria de acesso, correspondente ao nível 400 do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, com a remuneração mensal de 1.389,64€, valor situado entre os níveis 18 e 19 da Tabela Remuneratória Única (TRU). 8.1. Após aprovação em estágio, com duração de seis meses, com classificação não inferior a Bom (14 valores), nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 8.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, a remuneração mensal será fixada de acordo com o Mapa I anexo ao referido Decreto-Lei, corresponde ao nível remuneratório entre 23.º e 24.º, que corresponde ao 1.º Escalão do Grau 1, Nível 2, da categoria de Especialista de Informática, índice 480, num montante pecuniário de 1.667,55€ (mil seiscentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos). 8.2. Em cumprimento do n.º 3 do artigo 38.º da LGTFP, os/as candidatos/as com vínculo de emprego público informam previa e obrigatoriamente o empregador público da carreira, categoria e posição remuneratória que detêm nessa data. 9. Requisitos de Admissão: Este procedimento destina-se a todos os/as candidatos/as com e sem vínculo de emprego público que reúnam os requisitos: 9.1. Gerais – previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a saber: a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício das funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória. 9.2. Específicos: Licenciatura na área de Informática ou Engenharias e técnicas afins; Área de estudo: 48 – Informática ou 52 – Engenharia e técnicas afins; Área de Educação e Formação: 481 – Ciências Informáticas e 523 – Eletrónica e automação. Ambas da CNAEF – Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação, aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 março; 9.3. Não é permitida a substituição das habilitações exigidas por formação ou experiência profissional. 9.4. Os/as candidatos/as devem reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas. 10. Impedimentos de admissão: Não podem ser admitidos/as candidatos/as que, cumulativamente, se encontrem integrados/as na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Município de Vila Verde, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento. 11. Apresentação da candidatura: 11.1. Prazo: 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no Diário da República e na Bolsa de Emprego Público (BEP). 11.2. Forma: em cumprimento do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria, a candidatura deve ser formalizada exclusivamente através da plataforma dos serviços on-line, do Município de Vila Verde, disponível em <https://mynet-sol.cm-vilaverde.pt/>. 11.2.1. Previamente à respetiva formalização de candidatura, o/a candidato/a necessita proceder ao registo na referida plataforma, sem o qual não é possível candidatar-se. Este tem que ser efetuado até às 16h00 do penúltimo dia útil do termo do prazo para apresentação das candidaturas, uma vez que, após concluir o registo é necessário aguardar pelo e-mail de validação/efetivação do mesmo. 11.2.2. Uma vez confirmado o registo, o/a candidato/a deverá autenticar-se e procurar o formulário de candidatura que se encontra na barra lateral esquerda, no menu “Concursos e estágios – Candidatura ao procedimento concursal”. 11.2.3. Depois

de todos os campos preenchidos, o formulário de candidatura deve ser submetido, devidamente acompanhado da documentação abaixo identificada, sendo que: a) Os ficheiros deverão ser entregues exclusivamente em formato PDF-A; b) Cada ficheiro deverá ter no máximo 15 MB; c) Cada elemento obrigatório na instrução do pedido deverá corresponder um ficheiro: • Curriculum Vitae; • Certificado de habilitações literárias; • Comprovativo das ações de formação frequentadas relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho, quando aplicável; • Declaração comprovativa da titularidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, emitida pela entidade empregadora pública à qual o/a candidato/a pertence, com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas, onde conste a natureza do vínculo, carreira, categoria e atividade executada e respetivo tempo de serviço; posição remuneratória detida pelo/a candidato/a à data de apresentação da candidatura; e, avaliação do desempenho referente aos últimos três ciclos avaliativos em que o/a candidato/a cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, ou, se for o caso, declaração comprovativa de que o/a candidato/a não foi avaliado nesse período com indicação do respetivo motivo, quando aplicável; • Quaisquer outros elementos que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito ou suscetíveis de constituírem motivo de preferência legal, devendo apresentar documentos comprovativos, sob pena de não serem considerados, quando aplicável. 11.3. Os/as candidatos/as possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, devem apresentar, em simultâneo, documento comprovativo das suas habilitações correspondentes ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável. 11.4. No formulário de candidatura deve constar, obrigatoriamente, a identificação do procedimento e da referência ao qual se candidata. 11.5. Os/as candidatos/as são dispensados/as da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos no ponto 9.1, do presente aviso, desde que declarem, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles. 11.6. Nos termos da alínea a), do n.º 5, do artigo 15.º da Portaria, a falta de entrega de qualquer um dos documentos que deverão acompanhar a candidatura determinará a exclusão do procedimento concursal, quando a falta desses documentos impossibilite a sua admissão. 11.7. O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes constantes do formulário de candidatura por parte do/a candidato/a determina a sua exclusão do procedimento concursal. 11.8. A apresentação de documento falso determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e/ou penal. 11.9. Não serão consideradas candidaturas enviadas por correio (CTT) e/ou por correio eletrónico. 11.10. Qualquer dúvida ou esclarecimento relativamente ao presente procedimento concursal apenas será efetuado através do contacto telefónico 253.3105.00. 12. Métodos de seleção a utilizar: Conforme o disposto no n.º 1 a 4, do artigo 36.º da LTFP conjugado com o n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, e em cumprimento do Despacho n.º 29339, de 27 de setembro de 2022, da Senhora Vereadora do Pelouro do Ordenamento do Território, Urbanismo e Modernização Administrativa, com competência delegada, Eng.ª Michele Alves, os métodos de seleção obrigatórios a aplicar são: a) Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade; b) Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica para os restantes candidatos. 12.1. Os candidatos referidos na alínea a) podem afastar a aplicação dos métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, através de declaração escrita, no formulário de candidatura, caso em que se aplicará, os métodos previstos para os/as restantes candidatos/as. 12.2. Tal como decorre do Despacho n.º 29339, de 27 de setembro de 2022, da Senhora Vereadora, não será usada a faculdade prevista no artigo 19.º da Portaria, relativa à utilização faseada dos métodos de seleção. Nestes termos, os métodos de seleção serão aplicados da seguinte forma: num primeiro momento, à totalidade dos/as candidatos/as, apenas o primeiro método obrigatório; a aplicação do segundo método apenas aos/as candidatos/as aprovados/as no método imediatamente anterior. 12.3. Conforme o disposto no artigo 21.º da Portaria, os métodos de seleção são avaliados numa escala de de 0 a 20 valores. A avaliação psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto. 13. A definição dos parâmetros de avaliação dos métodos de seleção, respetiva ponderação, grelha classificativa e sistema de valoração final, constam da primeira ata do júri do procedimento concursal, a qual será disponibilizada na página eletrónica do Município de Vila

Verde, em <https://www.cm-vilaverde.pt/autarquia/transparencia/recursos-humanos/procedimentos-concursais/>, a saber: 13.1. Quanto à Avaliação Curricular (AC) – De acordo com a alínea c), do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, a avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho. 13.1.1. HA – Habilitações Académicas: será ponderado a titularidade de grau académico ou nível de qualificação certificada pelas entidades competentes. Assim, é valorada a habilitação, considerando apenas, nos casos em que o candidato seja detentor de mais do que uma habilitação, aquela que atribua ao candidato a melhor valoração. Não haverá possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. 13.1.2. FP – Formação Profissional: são ponderadas as horas frequentadas em ações de formação e documentalmente comprovadas, relacionadas com a área funcional do posto de trabalho a contratar e que cumpram os requisitos definidos no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro adaptado o à Administração Local através do Decreto-Lei n.º 173/2019 de 13 de dezembro. São consideradas as ações de formação relevantes dos últimos 10 anos, imediatamente anteriores ao fim do prazo de candidatura, por se entender que esse limite temporal indica atualidade na formação realizada face à evolução da Administração Pública, até ao limite máximo de 20 valores. 13.1.2.1. Para efeitos de classificação da formação profissional, decide-se: • Apenas é considerada a formação profissional devidamente comprovada por documento idóneo e concluída até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas; • Sempre que a formação seja certificada em dias ou semanas considerar-se-á um dia de formação equivalente a 7 horas e uma semana a 5 dias. • A participação em congressos, conferências, seminários simpósios, ou eventos similares acresce 0,5 valores, até ao máximo de 2 valores; • A não entrega dos comprovativos de ações de formação profissional mencionadas no currículo determina a sua não contabilização para efeitos de avaliação curricular; • No caso de, no documento comprovativo de conclusão da formação profissional, existir discrepância entre o número total de horas de formação e o número de horas efetivamente assistidas, será contabilizado este último. 13.1.3. EP – Experiência Profissional: em que se ponderará o desempenho efetivo de devidamente comprovado de funções na área de atividade para que o procedimento é aberto, avaliando-se a relevância das funções/atividades já exercidas para o desempenho das funções caracterizadoras do posto de trabalho concursado. 13.1.3.1. Só é contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao exercício de funções inerentes ao posto de trabalho a contratar, valorado no máximo de 20 valores. 13.1.3.2. Para efeitos de classificação da experiência profissional, apenas é considerada a experiência profissional devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente o período de duração da mesma e contenha a discriminação das funções efetivamente exercidas. 13.1.4. AD – Avaliação de Desempenho: considerando que a mesma passou a ter caráter bienal, nos termos do artigo 49.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o júri deliberou, por unanimidade, que a avaliação do desempenho reporta-se ao último período avaliativo. 13.1.5. A classificação da Avaliação Curricular(AC) será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos parâmetros a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:  $AC = HA*15\% + FP*20\% + EP*50\% + AD*15\%$  Em que: AC = Avaliação Curricular; HA = classificação no parâmetro Habilitação Académicas; FP = classificação no parâmetro Formação Profissional; EP = classificação no parâmetro Experiência Profissional; AD = classificação no parâmetro Avaliação do Desempenho. 13.2. Quanto à Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) – De acordo com alínea d), do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, a entrevista de avaliação de competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. 13.2.1. Para o efeito, é elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências, associado a uma grelha de avaliação individual, que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise. 13.2.2. Cada competência é avaliada segundo níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 13.2.3. Para o método Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), procedeu o júri à análise das competências definidas no respetivo perfil de competências para o posto de trabalho colocado a concurso, a saber: Competência 1 - PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO; Competência 2 - COMUNICAÇÃO; Competência 3 - TRABALHO DE EQUIPA E COOPERAÇÃO; Competência 4 - RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O SERVIÇO; Competência 5 - TOLERÂNCIA À PRESSÃO E CONTRARIÉDADES

Competência 6 - CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS E EXPERIÊNCIA 13.2.4. Os níveis classificativos obtidos em cada competência são atribuídos da seguinte forma: 20 valores – Demonstra os 4 comportamentos associados à competência; 16 valores – Demonstra 3 comportamentos associados à competência; 12 valores – Demonstra 2 comportamentos associados à competência; 8 valores – Demonstra 1 comportamento associado à competência; 4 valores – Não demonstra qualquer comportamento associado à competência. 13.2.5. A classificação da Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) será obtida através da seguinte fórmula:  $EAC = (C1+C2+C3+C4+C5+C6)/6$  Em que: EAC = Entrevista de Avaliação de Competências;  $C1+C2+C3+C4+C5+C6 =$  Competências. 13.2.6. A aplicação do método entrevista de avaliação das competências (EAC), encontra-se a cargo da Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Dr.<sup>a</sup> Dulce Filipe, uma vez que detém formação específica para o efeito. 13.3. Quanto à Prova de Conhecimentos (PC) – De acordo com a alínea a), do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, a prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa. 13.3.1. A prova de conhecimentos assume a forma escrita, de realização individual, sob anonimato, de natureza teórica, específica, será efetuada em suporte de papel e composta por um conjunto questões de escolha múltipla de seleção única, e/ou de verdadeiro ou falso e/ou de resposta aberta e/ou de desenvolvimento. 13.3.2. Considerando o elenco de conhecimentos descritos no perfil de competências, a prova incide sobre os temas/legislação/documentação que a seguir se discriminam: Tema 1 - Redes de Dados • Protocolos usados em routing e switching • Modelo OSI e redes IP • Equipamentos de rede • Normas IEEE 802 • Tipos de endereços Elementos bibliográficos: Top-Down Network Design, Third Edition de Priscilla Oppenheimer publicado por Cisco Press Computer Networks de Andrew Tanenbaum e David Wetherall publicado pela Prentice Hall Tema 2 - Cibersegurança e Privacidade • Criptografia aplicada • Ciberataques • Políticas de segurança dos dados • Privacidade • Medidas e Planos de prevenção e controlos • Legislação nacional e europeia sobre cibersegurança e proteção de dados Elementos bibliográficos: Cybok: The Cyber Security Body of Knowledge, informação disponibilizada através da licença Open Government Licence v3.0 pelo National Cyber Security Centre Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança publicado pelo CNCS Decreto Lei n.º 65/2021, de 30 de julho Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados SSH, The Secure Shell: The Definitive Guide por Daniel J. Barrett, Richard Silverman, publicado pela O'Reilly OpenVPN Access Server System Administrator Guide <https://guides.library.duke.edu/c.php?g=633433&p=4429284> Data Backup Options de Paul Ruggiero et al. Bulletproof TTL and TLS de Ivan Ristic publicado pela Feisty Duck <https://openvpn.net/community-resources/openvpn-cryptographic-layer/> Unified Threat Management de Vinit Agham publicado pela IRJET Tema 3 - Arquitetura e Administração de Sistemas • Virtualização e Containers • Sistemas de ficheiros em Windows e Linux e gestão de volumes • Bash e Powershell • Serviço de partilha de ficheiros • Portas TCP/UDP Elementos bibliográficos: UNIX®AND LINUX® SYSTEM ADMINISTRATION HANDBOOK de Evi Nemeth et al. publicado pela Addison-Wesley Página man do ubuntu disponível em: <https://manpages.ubuntu.com/manpages/kinetic/man7/ocfs2.7.html> Bash Guide for Beginners de Machtelt Garrels Unix – The Complete Reference de Ken Rosen et al. publicado pela McGraw-Hill Registo de portas UDP/TCP disponível em Service Name and Transport Protocol Port Number Registry (iana.org) Tema 4 - Desenvolvimento de Software • Linguagens de programação JavaScript, Python, C • Paradigmas de programação • Frameworks de Javascript Elementos bibliográficos: Learning Python, de Mark Lutz publicado pela O'Reilly Eloquent JavaScript, a modern introduction to programming de Marijn Haverbeke publicado pela no starch press. The Basic of C Programming de Marshall Brain Tema 5 - Bases de Dados • Conformidade ACID • SQL e NoSQL • Instruções SQL Elementos bibliográficos: Learning SQL, de Alan Beaulieu publicado pela O'Reilly A Developer's Guide to Data Modelling for SQL Server Covering SQL Server 2005 and 2008, de Eric Johnson e Joshua Jones publicado pela Addison-Wesley The Little MongoDB Book de Carl Seguin DataBase Systems – The Complete Book de Hector Garcia-Molina et al. publicado pela Pearson Prentice Hall 13.3.3. A legislação referenciada encontra-se disponível no sítio do Diário da República, em <https://dre.pt>. 13.3.4. A atualização da legislação acima referenciada, ocorrida após a publicitação do presente procedimento, será da responsabilidade dos/as candidatos/as, sendo sobre a legislação atualizada que versará a prova de conhecimentos. 13.3.5. A prova de conhecimentos tem a duração global de 90 minutos (60 minutos de prova escrita e 30 minutos de prova oral) podendo ser alargada por mais 30 minutos (20 minutos na prova escrita e 10 minutos na

prova oral), para os/as candidatos/as portadores/as de deficiência que solicitarem comprovadamente, condições especiais para a sua realização. 13.3.6. Os/as candidatos/as devem apresentar-se no local estipulado, 20 minutos antes da hora agendada para o início da prova, sendo concedida uma tolerância de 15 minutos por atraso, após o respetivo início. 13.3.7. Durante a realização da prova de conhecimentos, os/as candidatos/as podem consultar a legislação simples (não anotada), constante do programa da prova, em suporte de papel, não podendo, em momento algum, recorrer à utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico computadorizado. 13.3.8. A desistência da realização da prova só pode ser manifestada pelos/as candidatos/as, decorridos 20 minutos do início da prova, momento em que podem abandonar a sala. 13.3.9. Não é permitida a ausência da sala, por qualquer outro motivo que não a desistência da realização da prova. 13.3.10. Efetuada a prova de conhecimentos de imediato será disponibilizada a grelha de correção. 13.3.11. Na prova de conhecimentos é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 13.4. Quanto à Avaliação Psicológica (AP) – De acordo com a alínea b), do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, a avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos/as candidatos/as, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. 13.4.1. Em conformidade com o n.º 2 do citado artigo 17.º, a avaliação psicológica é realizada, preferencialmente, pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público ou através de entidade especializada, quando, fundamentadamente, se revele inviável a aplicação do método pela entidade referida. 13.4.2. A avaliação psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto. 13.4.3. É excluído/a do procedimento concursal o/a candidato/a que tenha obtido um juízo de Não Apto na avaliação psicológica. 13.5. Quanto ao sistema de valoração final – Nos termos do artigo 23.º da Portaria, a ordenação final dos/as candidatos/as que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das suas classificações quantitativas obtidas em cada um dos métodos de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com as fórmulas abaixo identificadas, tendo em conta a situação em que se encontre o/a candidato/a: A) Candidatos/as a que foram aplicados os métodos de seleção avaliação curricular e entrevista de avaliação de competências:  $CF = (AC \times 50\%) + (EAC \times 50\%)$  Em que: CF = Classificação Final; AC = classificação da Avaliação Curricular; EAC = classificação da Entrevista de Avaliação de Competências. B) Candidatos/as a que foram aplicados os métodos de seleção prova de conhecimentos e avaliação psicológica:  $CF = (PC \times 100\%) + AP$  Em que: CF = Classificação Final; PC = classificação da Prova de Conhecimentos; AP = classificação da Avaliação Psicológica. 13.5.1. Em todos os cálculos efetuados no âmbito das fórmulas apresentadas, bem como na apresentação da classificação final, serão utilizados, valores centesimais com arredondamento por excesso para a casa centesimal imediatamente superior, nos valores obtidos em centésimas iguais ou superiores a 0,05, e para imediatamente inferior, por defeito, nos restantes. 13.6. Quanto aos critérios de ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada como preferencial – Caso subsista igualdade de valorações após a aplicação dos critérios de ordenação previstos nos números 1 e 2 do artigo 24.º da Portaria, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de ordenação preferencial: 1.º candidato/a com maior experiência na área para que é aberto o concurso; 2.º candidato/a com maior média na habilitação académica exigida para a candidatura; 3.º candidato/a com maior grau de habilitação académica exigida para a candidatura. 13.7. Quanto aos critérios de exclusão dos métodos de seleção – Será excluído do procedimento o/a candidato/a que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhe sendo aplicado o método seguinte. De igual forma, a falta de comparência dos/as candidatos/as a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do procedimento concursal, considerando-se automaticamente excluídos. 14. Quanto ao regime de estágio Nos termos do artigo 10.º do Decreto-lei n.º 97/2001, de 26 de março, o estágio para ingresso na carreira de técnico de informática tem a duração de seis meses e o tempo releva para efeitos de promoção na carreira. 14.1. O/A candidato/a admitido/a iniciará um estágio, com carácter probatório, com a duração de seis meses, sendo aprovado/a caso obtenha classificação não inferior a Bom (14 valores). 14.2. A avaliação final do estágio será feita de acordo com: a) RE – Relatório de estágio, apresentado pelo/a candidato/a; b) FP – Classificação da formação profissional, caso tenha frequentado. 14.3. A classificação final do estágio, resultante da utilização da média das pontuações obtidas nos fatores de apreciação abaixo referidos, será obtida através da seguinte fórmula:  $CFE = RE + FP / 2$  Em que: CFE = Classificação Final de Estágio RE = Real tório do Estágio

FP = Formação Profissional 14.4. Na Classificação Final de Estágio é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 14.5. A constituição do júri que procederá à avaliação e à classificação final do estágio será a mesma do presente procedimento. 15. Observações Gerais: 15.1. Os/As candidatos/as excluídos/as serão notificados para a realização de audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. 15.2. Em conformidade com o n.º 1, do artigo 6.º da Portaria e da alínea c) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, na sua atual redação, as notificações serão efetuadas através de plataforma informática com acesso restrito. 15.3. O júri deliberou solicitar aos /as candidatos/as no ato de candidatura, autorização para se proceder às notificações por correio eletrónico. 15.4. De acordo com o n.º 2, do artigo 23.º da Portaria e da alínea c), do n.º 1, do artigo 37.º da LTFP, a lista de ordenação final dos candidatos é unitária, ainda que, no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção. 15.5. A lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações do Município de Vila Verde, e disponibilizada na página eletrónica do Município de Vila Verde, em <https://www.cm-vilaverde.pt/autarquia/transparencia/recursos-humanos/procedimentos-concursais/>, sendo ainda publicado na 2.ª série do Diário de República, informação sobre a sua publicitação. 15.6. Nos termos do artigo 30.º e alínea d) do n.º 1, dos artigos 35.º e 37.º da LTFP, o recrutamento inicia-se sempre por ordem decrescente da ordenação final dos/as candidatos/as, tendo preferência os/as colocados/as em situação de valorização profissional. 16. Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1/03 e em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Município de Vila Verde, enquanto entidade empregadora pública, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 17. Quota de emprego: Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o/a candidato /a portador/a de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Em conformidade com o artigo 6.º do mesmo diploma legal, o/a candidato/a portador/a de deficiência deve declarar, no requerimento de admissão, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência devendo, ainda, mencionar todos os elementos necessários ao disposto no artigo 7.º do mesmo Decreto-Lei. De acordo com o n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, competirá ao Júri verificar a capacidade do candidato portador de deficiência exercer a função, de acordo com o perfil funcional. 18. Composição do júri: Presidente: Hugo Alexandre Marques Rodrigues Longo, Coordenador da Unidade de Sistemas de Informação; 1.ª vogal: Sónia Sofia Pimenta Cardoso, Especialista de Informática, a exercer funções na Unidade de Sistema de Informação; 2.ª vogal: Rita da Silva Ramôa, Técnica Superior – jurista, a exercer funções na Divisão de Recursos Humanos; 1.ª vogal suplente: José Ismael Lopes Graça, Coordenador da Unidade de Inovação e Conhecimento; 2.ª vogal suplente: Isabel Cristiana Vivas Gomes Alves, Técnica Superior – área de recursos humanos, exercer funções na Divisão de Recursos Humanos. Em caso de ausência ou impedimento do Presidente do Júri, este será substituído pelo 1.º vogal. 19. Reserva de recrutamento: para efeitos do estipulado no n.º 6 do artigo 25.º da Portaria, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio serviço. A abertura do procedimento concursal foi precedida de consulta à Comunidade Intermunicipal do Cávado, detentora das competências da entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA), nos termos do disposto no artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, conjugado com o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, para verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, considerados aptos a suprir as presentes necessidades, que comunicou ao Município de Vila Verde, através de correio eletrónico, de 07.09.2022: «a Entidade Gestora da Requalificação ainda não se encontra constituída por esta Comunidade Intermunicipal pelo que não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado». Município de Vila Verde, em 24 de novembro de 2022. A Vereadora do Ordenamento do Território, Urbanismo e Modernização Administrativa, Michele Alves, Eng.ª



---

---

---

---

---

---